índice

património e sociedade

6
Património com futuro... ou sobre a resiliência das cidades
Carlos Fortuna

14
Museu, cidade e território
Hugues de Varine

24
Arqueologia 2016 – um inventário de desilusões?
Vítor Oliveira Jorge

32
Vizinhança: um património ameaçado na Europa contemporânea
Nuno Grande
Roberto Cremascoli

42
Museus inclusivos: conhecer para ver
Raquel Henriques da Silva

50
O museu inimaginado. Mediação e coleções online – o caso do Rijksmuseum
David Santos

56
A cidade em transformação
João Seixas

62
As lavadeiras do Mondego e a dignidade do instante: duas leituras sobre a questão do património
José António Bandeirinha

70
A dimensão social dos museus em sistemas de credenciação europeus
Clara Frayão Camacho

78
Conservação do Forte de Nossa Senhora da Graça em Elvas – um modelo de trabalho
Fátima de Llera
Paulo Carreira
Rui Jesuíno (colaboração)

92
Porto, cidade em transformação
Manuel Montenegro
98
Restauro e recuperação da Igreja e Torre dos Clérigos
João Carlos dos Santos

108
Os Clérigos – uma igreja, uma torre, uma viagem ao intangível. Projeto de musealização
Catarina Providência
Gabriella Casella
Miguel Palmeiro

114
A Sé de Lisboa e o seu claustro: sucessivas campanhas de obras e de restauro
Maria João Neto

120
Sé de Lisboa – As escavações arqueológicas e o projeto de musealização
Alexandra Gaspar
Ana Gomes

130
Risco e prudência. A instalação do núcleo arqueológico no claustro da Sé Patriarcal de Lisboa
Jorge Figueira

140
O estudo de públicos nos museus nacionais
José Soares Neves
Teresa Mourão

146
Da importância da Arte Contemporânea na dinâmica da requalificação do património cultural – o projeto MatrizMalhoa
Mário Caeiro

156
Interiores pombeirnos: o que fazer ainda destes prédios...
Maria Helena Barreiros

162
Projeto SOS Azulejo: causas, iniciativas e repercussões
Leonor Sá

166
abstracts
As lavadeiras do Mondego e a dignidade do instante: duas leituras sobre a questão do património

José António Bandeirinha
Departamento de Arquitectura.
Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra

Partindo do comentário a uma encenação etnográfica da barrela das lavadeiras do Mondego, uma atividade da qual ainda há memória viva, pois só terminou em meados do século XX, o texto pretende refletir sobre a condição contemporânea do património, sobre a circunstância etimológica do próprio conceito e, sobretudo, sobre os limites temporais e espaciais daqueles bens aos quais as comunidades reconhecem estatuto patrimonial. Para isso, recorre analíticamente a dois textos fundamentais: um de Fernando Távora, A lição das constantes; e outro de Manfredo Tafuri, La dignità dell’attimo. É então a partir dessas leituras e dos significados da encenação etnográfica da barrela que se tenta contribuir para a construção de um elenco crítico da problemática que, no mundo contemporâneo, é inerente à gestão dos bens que designamos por património.
Luisa Oliveira/DGPC/ADF.
«Quem quiser pode vir para aqui esfregar», desafiou Isabel Batista. Saia comprida já molhada, lenço na cabeça e avental colocado, os pés na água do Mondego a amenizar uma tarde tórrida, batia com a roupa na pedra, esfregava e voltava a passar no rio que corre limpo na praia fluvial de Palheiros e Zorro.

Assim comentava a imprensa local a encenação de uma atividade da qual ainda há memória viva, pois só terminou em meados do século XX – a barreia das lavadeiras do Mondego (Trindade: 2016, p. 3). Era uma atividade comum, embora tecnicamente complexa, e tinha determinadas características que importa realçar.

Em primeiro lugar, era um serviço prestado aos habitantes da cidade de Coimbra, era, portanto, uma atividade econômica e dela dependiam dezenas, senão centenas de pessoas. Depois, importa também referir que se tratava de um serviço requisitado pelos habitantes urbanos aos habitantes da periferia rural da cidade, contratado por aqueles que tinham mais posses àqueles que sobreviviam no limiar da miséria. Ainda não estava generalizado o comércio de lavanderias e a cidade densa não tinha condições para disponibilizar espaço e água em abundância para este serviço. Máquinas de lavar não havia ainda e mesmo os tanques de lavagem, que começavam a ser equipamento indispensável em qualquer habitação urbana, eram claramente insuficientes para lavar toda a roupa de dentro de uma boa casa burguesa, com os seus jogos de lenços, jogos de toalhas de mesa e os mais diversos bragais.

Por outro lado ainda, a cidade do início do século XX em Portugal correspondia a um espaço perfeitamente delimitado e confinado. Embora, na maior parte dos casos, já não houvesse a linha de muralhas, havia um limite claríssimo de legibilidade entre a cidade e o campo, quer do ponto de vista espacial, quer do ponto de vista sociológico. O subúrbio que conduzia à indução da ideia contemporânea de metrópole só se começaria a esboçar na década de 1960, em Lisboa. Já depois de 1976, com a ascensão aos meandros do poder uma elite tecno-crática, formada e desenvolvida ao longo da década anterior e, com a entrada em cena dos grupos de influência do Porto, viria a ganhar uma dimensão bipolarizada e hegemônica.

Mesmo que desdenhemos da sua importância e do seu significado, é sabido que convivemos lado a lado com as re-creações etnográficas e ou históricas, quer com aquelas que encenam situações das quais ainda há memória, por vaga que seja, quer com aquelas que são fantasiosamente inventadas de acordo com um padrão ficcional que pode ter origem nas mais diversas fontes, literárias, ilustrativas, cinematográficas, etc. De um lado, portanto, as encenações etnográficas, com mais ou menos rigor na mise en scène, com as indumentárias musealizadas ou reinventadas, com a evocação de rituais de trabalho ou de celebração. De entre elas, as mais comuns são as que resultam da atividade das associações de índole etnográfica, os também chamados ronchos folclóricos. Do outro lado estão as recriações de feitos ancestrais relatados pela história ou pela literatura, as encenações de batalhas célebres, de torneios, de cortejos e demais cerimônias ritualizadas. Mesmo as designadas feiras medievais, cujo êxito e difusão não deixam de ser notáveis, se podem e quem não se depurarem neste conjunto de evocações.

Trata-se portanto de um tipo muito comum de rituais, que inevitável e ciclicamente se repetem, sendo muitos deles mesmo trabalhados estação após estação, ano após ano, pelas mesmas companhias, pelos mesmos grupos de atores, atrizes e figurantes.

Regressando a barrela do Mondego, encenada em pleno século XXI, o que pode estar em jogo com esta evocação? Que tipo de memória se pretende celebrar?

O pretexto principal é o da passagem de testemunho de um saber ancestral, de uma técnica artesanal considerada altamente eficaz nos seus próprios, mas também podemos considerar todo o potencial de ritualização. Para que esta atividade fosse possível, as lavadeiras e os respetivos cônjuges passavam as noites caladas de Verão no areal junto à água, a fim de evitar que a roupa dos seus clientes fosse aí do vale de pêla (Monteiro: 2016, p. 3). Há, contudo, algumas outras circunstâncias que não devem ser esquecidas. Uma dessas é, sem dúvida, o facto de as personagens pertencerem a uma comunidade de descendentes diretas das antigas prestadoras de serviço e uma delas ter mesmo participado nesta atividade, quando ela ainda não era um ritual. Para além do garante de veracidade que essa condição traz à prática agora recrada, a encenação contemporânea não deixa assim também de celebrar a ritualização e, portanto, o fim de um trabalho árduo e extenuante, mal remunerado, tantas vezes sem sequer o reconhecimento devido à qualidade atingida. Celebra o fim da condição das lavadeiras, agora reconduzidas ao papel de personagens de um ritual, um papel que exorciza, além do mais, as difíceis circunstâncias sociais que em tempos foram vividas pelos membros mais velhos da comunidade.

Antes de tirar da garagem o carro que a irá levar ao areal do rio, Maria do Carmo – nome fictício – tem a casa limpa e arrumada e deixa uma máquina de lavar com a roupa da semana. Assim, quando regressar da barrela, já tem as tarefas domésticas em ordem. Depois, é só ligar à máquina de secar e passar a ferro. Graças à sua nova máquina e ao novo detergente que comprou no hipermercado, há uma certa segurança na qualidade do serviço e fica assim com mais tempo livre para o ritual da lavagem de roupa no rio. Há também um inegável fascínio pela modernidade, pelas tecnologias, que leva a esta ritualização. Quanto mais depressa patrimonializamos – e agora vou começar a usar o termo – a barrela, mais longe sentimos o tempo em que era uma atividade de trabalho, de sobrevivência. Virilio explica-nos que há uma certa urgência em nos afastarmos das nossas condições humanas ancestrais: «Nous avons vu au XIXe siècle, comment l’homme était descendu du cheval pour monter dans le train, et ceci à l’époque où il se découvrait curieusement descendant d’un simiesque anthropoïde...» (Virilio: 1984, pp. 40-41). A humanidade reclama um tanque em cada casa para que as mulheres não tenham de ir ao rio, depois uma máquina de lavar elétrica, depois serviços expressos de lavandaria em cada esquina, tudo para se afastar das grandes dificuldades e dos cons-trangimentos de outrora, tudo para fugir à condição de descen-dência do macaco, segundo Virilio.

Na verdade, e salvaguardando devidamente os anacronis-
mos tecnológicos, hoje em dia as pessoas que participam nes-
ta encenação da barrela têm, de um modo geral, condições
sociais tidas como equivalentes às daquelas que outrora lhes
acompanhavam no serviço e essa evolução, no sentido moder-
no do termo, deve ser celebrada. Ora, a melhor maneira de o
celebrar é, como sempre aconteceu nos rituais performativos,
encená-los e ritualizá-los. Quer se trate de um desfile do nor-
deste do Brasil, um Maracatu, ou mesmo um samba de Gil Vi-
cente, vemos escravos que se vestem de senhores para tocar
da dança e jograis que encarnam cavalheiros decadentes para
escarnecer. Pelo menos durante aqueles momentos e no es-
paço mais ou menos limitado da cena, os servos não serviriam,
libertaram-se para aprimorar a atenção de quem os via e de quem os escutava. Houve subversão momentânea de perpê-
tuos jogos. Houve tempos e lugares em que as formas, os va-
lores, os poderes, as instituições, as dores, os folgares, e tudo o mais, se espalhavam sem o ser. Eram representados. Mesmo
que a encenação da barrela fosse só um desses momentos, num desses espaços, já me parece que foi útil para uma in-fi-
nidade de coisas. Muitas mais do que aquelas que a qualidade
da lavagem no rio e os bons momentos passados em conjunto
possam eventualmente sugerir.

Patrimonializar a barrela tem aqui um sentido de liberta-
cão da condição anterior, da condição de vida e da condição
social. Na época das lavadeiras, esta última estava também in-
timamente relacionada com a diferença entre a condição rural
face à condição urbana. Mais do que uma diferença era um
estatuto que rotulava e tantas vezes estigmatizava. A passagem
desse estatuto rural para o estatuto urbano era um objetivo
difícil de atingir. Aliás, tão difícil que uma considerável percen-
tagem da população rural portuguesa consegue-a, no período
do pós-guerra, emigrando para um mundo urbano exterior a
Portugal.

Hoje em dia as diferenças entre essas condições, rural e
urbana, estão diluídas, não porque se tenham aproximado mas
porque quase que desapareceram, amalgamando-se numa
outra, que não está tão presa a um estatuto mas que é mui-
to mais homogênea e hegemônica, a condição suburnana. Os
centros das cidades esvaziaram-se quase tanto como as aldeias
do interior, as suas culturas próprias e intrínsecas, diretamente
deduzidas da vida comunitária intensa e da densidade popu-
lacional, sucumbiram perante a voragem da homogeneização
mediática metropolitana. É por isso que quer uma quer outra
destas condições necessita da patrimonialização de todos, ou
quase todos, os momentos-fetiche da sua condição anterior.

Já no que diz respeito ao chamado património edifica-
do, a diferenciação que podemos estabelecer é de uma or-
dem substancialmente diferente. Desde logo, temos de apelar
àquela que já foi estipulada por Françoise Choay no quadro
da sistematização crítica tendente a um combate em favor da
aproximação estrutural entre o património antigo, atual e fu-
turo, e contra a anciolose das concepções demasiado institucio-
nalizadas. É uma sistematização que, pese embora centrar-se
fundamentalmente sobre o quadro cultural e administrativo
francês, tem a grande vantagem de situar o problema, de in-
cidir sobre as suas contradições e sobre a artificialidade dos
seus consensos. Choay distingue então o monumento histórico,
aquele cujo valor é essencialmente evocativo, tal como no caso
da barrela do Mondego, e o monumento estático, cujo valor
está de sobremaneira relacionado com aquilo que podemos
designar como as suas qualidades espaciais e arquitetônicas
(Choay: 1992 e 2009).

Mas há também a considerar a dimensão etimológica do
termo que, de um modo genérico, tem designado os monumen-
tos a proteger pelas comunidades e, mais tarde, toda uma plê-
ia de manifestações culturais cuja preservação é tida como
necessária – património. Enriquecido pelo adjetivo cultural, o
termo é lançado em França por André Malraux, em 1959, aquan-
do do seu mandato como Ministro de Estado encarregado dos
assuntos culturais. É usado desde logo no texto que enquadra a
missão da sua pasta ministerial (Choay: 2009, p. 35).

Sob o ponto de vista etimológico, o termo latino patrimo-
rium tem uma conotação eminentemente relacionada com a
posse, ou seja, representa aquilo que nos é legado pelo pro-
muitas das vezes, uma condição para se poder institucionalizar a sua patrimonialização. Sim, reconheço que os bens que vamos considerando como patrimônio são, individualmente, cada vez mais abrangentes, cada vez mais integrados, dentro de limites de razoabilidade, a envolver o urbano, territorial ou social que lhes confere valor e que os enaltece. Mas essa envolvente é necessariamente confinada, na maior parte dos casos demais confinada. Na totalidade dos casos não consagra, não pode consagrar, toda a verdadeira razão de ser do bem, ou do monumento.

Que seria da capela de Notre Dame du Haut sem a densa floresta que cerca a elevação onde se implanta? Que seria dessa floresta sem a capela de Notre Dame du Haut?

Que seria da Mata do Buçaco sem as colinas vinhateiras da Bairrada que se espraiam a seus pés? Que seria das vinhas sem a moldura do Buçaco?

Que seria do centro de Évora sem a planície alentejana? Que seria da planície envolvente de Évora sem o manto da cidade a correr aquela colina específica?

Que seria da floresta laurícola da Madeira sem as cotas mais baixas da ilha? É sem o Oceano Atlântico?

Que seria da Universidade de Coimbra sem a cidade, sem o país, ou sem o mundo que a contém?

Se bem que haja uma clara evolução nas tendências para a inclusão, para uma visão mais alargada dos bens patrimoniais, não somente enquanto objetos isolados, mas enquanto partes integrantes de um sistema referencial mais vasto, a verdade é que a sua condição de elementos diferenciados lhes confere, inevitavelmente, um caráter de individualidade que tende, quer queríamos, quer não, para o isolamento, para a proteção, para a redoma.

Mas esse sistema referencial não é apenas espacial, há uma cadeia humana que conduz as constantes através do tempo, com crises, paragens e interrupções mais ou menos dramáticas, é certo, mas essa cadeia também não tem, não pode ter, limites. E tantas vezes nós ouvimos, quase sempre disparamentamente, referir esses limites — do século XVIII para trás... com mais de cinquenta anos... só até à revolução industrial...

O tempo não é, nunca foi, nem nunca poderá ser condição de inclusão ou de exclusão. Não existe respeito pela memória coletiva se não acreditarmos na existência ilimitada dessa cadeia humana que a construiu, quer a sua construção seja cultural ou material. Criar limites a essa cadeia é negar a própria ideia de memória. É, pois, desrespeitá-la.

Fazendo uso da mesma metáfora urbana e espacial — a Praça de São Marcos, em Veneza — Fernando Távora e Manfredo Tafuri referiram-se a esta questão. É bom de ver que os seus propósitos não eram os mesmos, que os tempos em que escreveram também foram muito diferentes, que mesmo a argumentação usada não tem nenhuma relação recíproca e, no entanto, é também possível observar em ambos uma abnegada e comum incidência na ideia de continuidade temporal.

Távora refere a praça veneziana como «um exemplo tipico de diversidade formal e de qualidade permanente» (Távora: 1952, p. 155) porque, independentemente do tempo em que cada um dos tramos edificados que a compõem foi construído,
e alguns séculos de diferença existem entre estes, o que valeu sempre foi o reconhecimento da qualidade do conjunto. E este conjunto, acrescento eu, deve ser entendido como todo o organismo urbano da cidade lagunar na sua integridade. Tâvora releva a importância da qualidade do todo em detrimento da época e do contexto temporal, o que interessa é «a semelhante atitude que presidiu à sua concepção». O que interessa é aquilo que não nomeamos, mas que bem conhecemos, é a arquitetura e a qualidade do espaço.

Numa aula magistral que profere na sua universidade em 1994, Tafuri refere-se de igual modo à modernidade da Praça de São Marcos e classifica-a mesmo como «a primeira praça moderna» (Tafuri: 1994, p. 20), mas vai socorrer-se de outros exemplos para nos falar sobre o instante – *attimo* – e sobre o seu significado na contemporaneidade, sobre a sua dignidade perda, para, em suma, nos fazer tomar consciência dessa perda e de como as obras de arte atuais se empunham em a reevocar de um modo impiedoso. Veneza, neste caso, não é tanto um exemplo, como o quadro a partir do qual nãs, a humanidade contemporânea, melhor poderemos entender, ou reencontrar, essa relação perdida com o instante, esse enlevo que já não temos para com a unidade ínfima de medida do tempo. Para isso usa o exemplo do Plano Obus para Argel, de um Le Corbusier que se propõe do mar a tempo moderno pelo modo como põe em evidência o Casbah. Mas sobretudo usa uma tela de Ticiano para melhor nos dar a entender as metáforas do tempo, que tornam perfeitamente congruentes os espaços venezianos. Trata-se de *L’Allegoria della Prudenza*, um óleo com um *tricjpitum* que representa as faces de um velho, de um homem maduro e de um jovem, enigmaticamente sobrepostas a focinhos de um lobo, um leão e um căo, respectivamente.

Estas três representações simbolizam o tempo presente que, instruído pelo conhecimento do tempo passado, atua com prudência por receio que o futuro possa arruinar os seus atos (Panojsk: 1955, pp. 148-149). Ou seja, Tafuri pretende fazer-nos compreender o modo – que classifica como eminentemente veneziano – de viver cada instante, de estar na abstração a que chamamos presente. Um modo tão intensamente ciente do passado que nos permite encarar o futuro sem qualquer receio que ele – presente – corra o risco de vir a ser arruinado. Assim encarado, o presente revestir-se-á de uma dignidade absoluta, se bem que intrínseca e natural. Como respirar, diria Tâvora na sua inabalável fidelidade à condição humana.

A única maneira de o presente respeitar aquilo que designamos como *património* é construir continuamente nova arquitetura, sempre na procura incessante da qualidade, investindo permanentemente na dignidade do momento da criação, na *dignitá dell’attimo*. Mas essa criação deve conter em si o passado, deve incluir a história num todo hipergestésico para
melhor prevenir o futuro, sempre o futuro. Se se deixa prender na obsessão de um tempo preciso, de um tempo único, cai no labirinto dos limites.

Veneza é moderna porque condensa em si esse sonho, essa utopia de si mesma, é o que nos diz Tafuri, e é o que Távora já tinha intuito refletindo sobre a praça de São Marcos. Mas o primeiro, profundo conhecedor daquela que também foi a sua cidade, não deixa de manifestar uma preocupação: desmascarada insinuação na cristalização dos espaços pode afundar o que há de melhor na alma veneziana. Citando um dos seus mestres de eleição, Sergio Bettini, Tafuri afirma-nos que «cião che si preserva, cião che è nel nostro intimo, cião che si nasconde, la struttura veneziana, è cião che conta, e, no reverso, cião che è li per lo sguardo è propaganda politica, è decorum, è qualcosa che ha a che fare» (Tafuri: 1994, p. 18). O tempo e o espaço venezianos começam a ser tomados de assalto pelo novo tempo, por aquele tempo que Le Corbusier tanto quis adornar (Tafuri: 1994, p. 29). Num espaço claramente delimitado pela sua condição lagunar, os limites temporais assumem a cada esquina, enquanto a cidade for vivida, serão seguramente vencidos.

Há já mais de vinte anos, Manfredo Tafuri queixava-se da incapacidade das administrações políticas e urbanas não estarem à altura do bem que tinham para gerir, «maledetto quello che possiamo guardare di questa Venezia immobile o di là delle finestre, immobile e priva di una classe di governo all'altezza dell'altopiano dell'oggetto ad amministrare» (Tafuri: 1994, p. 32). E trazia-se de Venezia.

Fernando Távora, por seu lado e há já mais de sessenta anos, lamentava a incapacidade de perceção da importância real e relativa dos bens que há a preservar, «incômodo-se a Grande Tradição, a tradição das constantes, com pequenas e passageiras tradições» (Távora: 1952, p. 157).

As constantes também se vão revelando através dos problemas que subsistem, e mais ainda através daqueles que se agravam com a passagem do tempo. O patrimônio, como bem material que é, tem de ponto de vista etimológico, tem que ser administrado por quem o possui, pelo(ou) seu(ou) proprietário(s). Mas para que esses bens possam ser geridos têm de ser identificados, hierarquizados na sua importância relativa, descritos e, muito importante, têm de ser bem delimitados, no tempo e no espaço. Terão?

E é aqui que residem os principais problemas que se lhes deparam hoje. Quem é, quem são os reais proprietários desse patrimônio? Quem está à altura da altura do objeto a administrar? Quem decide sobre os limites daquilo que há para preservar?

É a République gaulista de André Malraux, com o seu paternalismo moral e cultural, a gerir os bens comuns a todos os cidadãos?

É o estado – com letra cada vez mais minúscula – que quer fomentar o empreendedorismo na área dos assuntos patrimoniais, para poder, enfim, fazer o derradeiro outsourcing desta gestão, sempre muito incómoda e dispendiosa?

São os estados fundamentalistas do Médio Oriente, com as suas convicções demolitoras, que tantas capacidades já revelaram no Vale de Bamyian e, mais recentemente, em Palmira?

São as autarquias municipais, com os seus ritmos eleitorais cronofágicos, com as inerentes tendências populistas para atropelar tudo quanto escapa a esses ritmos?

São as descendentes das lavadeiras de Coimbra, com a sua legítima e genuína vontade de cristalizar, logo exorizar, o passado?

Talvez devamos começar pelo mais simples. Começamos por pensar em conjunto na preservação de um bem em extinção acelerada, um bem cujos limites até são relativamente identificáveis, ao contrário de muitos outros. Um bem acerca do qual muito lamentamos a consequência, mas nunca referimos a causa: a vida nas cidades, a qualidade, a intensidade e a densidade da vida urbana, que agora se esvazia em detrimento do sonho hegemónico – requerimento e mal remasterizado – das metrópoles e das suas extensões suburbanas.

Enquanto o território, de um modo geral, é tratado como tabula rasa para extensões pavilhonesas, desordenadas e altamente dispensáveis, os centros das cidades desdenham-se e esvaziam-se. A normativa para a sua reconstrução já entrou em caducidade há muito. Está, na maior parte dos casos, obsoleta, desadequada e desgastada, ainda é herdeira direta do higienismo e do movimento moderno, é incrédula acerca das potencialidades da densidade qualificada, da boa arquitetura que sempre caracterizou a organização espacial das cidades.

Todos os anos, as escolas de arquitetura formam muita gente, gente altamente capacitada que vai trabalhar para fora do país. Quase toda essa gente tem capacidade para projetar densidade, para tornar atrativos os centros e repovoá-los com habitantes verdadeiros, com pessoas que gostam de viver nas cidades, com gente capaz de recrutar e renovar a diversidade das culturas urbanas.

Será assim tão difícil pegar nesta ideia concreta?

Ou será melhor passar o tempo a alimentar a lameça da turistificação do patrimônio?...

BIBLIOGRAFIA


mais tarde editado em:


Para além destas e outras, tenho ainda a agradecer ao ilustre filólogo Maurício Perugli, Professor Emérito da Universidade de Genebra, o privilégio de uma agradável conversa ao longo da qual obtive elucidativas indicações acerca da etimologia dos termos acima referidos.